

Pero de Magalhães Gândavo e o gênero histórico

Alexandre José Barboza da Costa¹

Resumo

O presente trabalho objetiva enfeixar o autor de *História da Província de Santa Cruz, o Tratado da Terra do Brasil* e o *Tratado da Província do Brasil* na discussão retórica de “gênero histórico”. Para tanto procuramos demonstrar de que maneira Pero de Magalhães de Gandavo, um historiador do século XVI, ativa as autoridades retóricas utilizadas no período (1570-1580) que em nossa análise são: Aristóteles, Cícero, Quintiliano e o [Anônimo] de Retórica a Herênio. Além disso de que forma reelabora as tópicos do virtuoso/vicioso em relação aos seus contemporâneos, entre eles, João de Barros, Damião de Góis, Rui de Pina e Eanes Gomes de Zurara.

Palavras-chave

cronistas quinhentistas; historiografia; retórica; letras luso-brasileiras

¹ Alexandre José Barboza da Costa é doutorando pelo Programa de Literatura Brasileira FFLCH-USP, bolsista Capes. E-mail: lahud_c@yahoo.com.br

A sociedade quinhentista seiscentista portuguesa se organizava em torno da letra reinol. Para Hansen (2002, p. 26), nos séculos XVI e XVII e início do XVIII o termo “Belas Letras” é o vigente entre os homens doutos. A ideia de “literatura” ainda não se tinha formado com sentido de discurso ficcional como atualmente compreendemos. A prática da poesia e da prosa, neste cenário, regulava o bom uso que era fundado e modelizado nas autoridades retóricas; a feitura dos textos bem como sua veiculação e recepção era exercida nos salões, universidades, academias e mosteiros. O latim, o grego, a retórica, a história antiga, a filosofia aristotélica, estoica, platônica e escolástica e mais tarde a segunda escolástica formam uma rede textual que fornecerão ao letrado quinhentista e seiscentista exemplos, autoridades, modelos e gêneros para a construção de uma determinada prática discursiva. Estamos diante de uma prática socialmente decorosa regrada pelo bom uso da letra reinol que visa a edificação do soberano, ou seja, o encômio da figura reinol. O elogio feito pelos cronistas a seus mandatários bem como o encômio ao corpo político reinol constitui as redes de clientelismo que o letrado procurava desenvolver para conseguir amparo real a fim de demonstrar sua arte e seu engenho. Variavelmente os topoi retóricos eram elaborados de acordo com as necessidades específicas de cada destinatário em cada gênero. De forma geral, esses textos através do elogio versavam sobre as virtudes do monarca. Os cronistas do século XVI estavam atentos aos textos elaborados por “autores”², entre outros, Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Tito Lívio e Salústio que, basicamente, eram os Exemplos a serem emulados por “autores” do XV, e XVI como João de Barros, Damião de Góis, Rui de Pina, Fernão Lopes, Zurara e Pero de Magalhães Gandavo.

Basicamente três princípios norteavam a composição de um cronista: gravidade, honestidade e autoridade, sobretudo quando a composição ou compilação de vários textos para fundar um novo se debruçasse sobre figuras régias. A virtude de uma obra se

² A ideia de Autoria neste contexto está atrelada muito mais a uma determinada maneira de escrever, por exemplo, compõe-se à maneira de fulano ou sicrano. A definição de Autoria como compreendemos atualmente é tributária do Romantismo e neste tempo Autor relaciona-se mais com Autoridade, portanto, não é importante a ideia subjetiva de Autor e Autoria.

configurava a partir do traço distintivo daquele que a executava e da maneira como este a explorava na Inventio “Invenção” o bom uso da Autoridade que era explorada dentro de um determinado gênero. Dessa forma, em um tropos reelaborado, reinventado, podia o Historiador expandir nos “relatos” o que fora delegado pelas Autoridades através de seu estilo que era modelizado dentro do gênero. Desta maneira, podia-se, de forma decorosa e regrada inventar episódios em narrações já estandarizadas. No caso dos textos do século XVI temos o *stylo* histórico. A partir desta premissa, podemos supor que não há um único estilo no gênero, mas variantes de estilos dentro do gênero histórico. Cícero mostra-nos, aqui, uma das funções primordiais da Retórica e especificamente do gênero histórico que não é mostrar a verdade, mas sim, gerar um efeito sobre a verdade. Cabe ao autor colocar-nos uma cena diante dos olhos. Parece-nos que estamos muito mais diante de uma espécie de exercícios retóricos modelizados por um determinado gênero que é arquitetado dentro das convenções de composição retórica do que propriamente diante dos relatos de viajantes, aventureiros etc., categorias oriundas de uma leitura romântica. Para Wiseman (1981), quando um historiador romano compunha sua obra não tinha como preocupação discutir a veracidade de suas fontes, mas exercia sua Invenção nas fontes de que dispunha. Dessa forma, julgamos que os textos dos cronistas dos séculos XVI e XVII inserem-se neste paradigma e não merecem ser lidos como “espelhos de uma época”, mas sim, como práticas retóricas inseridas em um determinado gênero. No caso dos cronistas, o gênero histórico. Cícero diz-nos que cabe à História colocar-nos diante de nossos olhos de forma vívida uma determinada descrição.

Desta forma, entramos no âmbito da *descriptio latina* ou descrição e seu efeito icástico ou imagético que é a *evidentia* ou evidência pauta-se em mostrar-nos algo de maneira tão vívida como se as tonalidades das cores, movimentos dos personagens bem como seus gritos e a chegada das naus fossem-nos colocadas detalhadamente diante dos olhos como uma pintura. Segundo Ambrósio não faz sentido pensar que a historiografia antiga, subgênero do gênero demonstrativo (louvor/vitupério) por fornecer lições aos homens de Estado, deveria ser como entendemos atualmente cientificamente verdadeira,

sob a pena de tornar-se um falso testemunho e perder todo seu valor. Por exemplo, Cícero considerava o retrato de Cícero feito por Xenofonte, útil não porque ele correspondia ao retrato do autor tal como ele poderia se apresentar, mas sim, porque ele ajustava-se à ideia do justo governante. Aqui, estamos diante do uso da Alegoria na descrição e como esta descrição nos coloca diante dos olhos a figura do mandatário com vivacidade.

Desta forma, a História funciona como uma Mestre da Vida, ou seja, como lição de vida afim de edificar pessoas, lugares e coisas. No caso de Pero de Magalhães Gandavo, autor de História da Província de Santa Cruz, notamos, em seus aspectos retóricos dois traços bem marcados. Se por um lado edifica com tons vívidos a fauna, a flora, por outro, rebaixa/desvaloriza/vitupera o habitante local, ou seja, índio. Desta forma julgamos que o texto do autor pode ser categorizado no âmbito do gênero demonstrativo na vertente de louvor e vitupério. Sobre os índios afirma: “Não adorão cousa alguma nem têm pêra si que há na outra vida gloria pêra os bons, e pena pera os mais, tudo cuidão que se acaba nesta e que as almas fenecem com os corpos, e assi vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida” (GÂNDAVO, 2004).

Segundo Hue (2004), o livro a História da Província de Sãcta Cruz sai da oficina tipográfica de Antônio Gonçalves, em Lisboa com uma tiragem de aproximadamente 38 livros. Esse texto, após sua primeira edição (1576), foi descoberto muito tempo depois (1836) por Henri Ternaux-Compans que o traduziu e o publicou no segundo volume da coleção “Voyages, Relations et Mémoires originaux pour servir à l’histoire de la découverte de l’Amérique” em 1837. Para Hue, os quase trezentos anos de esquecimento da obra de Gandavo talvez possam ser explicados, devido à política de segredo que ainda cercava as possessões territoriais americanas da coroa portuguesa. Enquanto no restante da Europa se multiplicavam as edições dos livros de Hans Staden e de Jean de Léry sobre o Brasil, em Portugal, o livro de Gandavo além de não ter sido reeditado, pode ter sido retirado de circulação por conter informações que a coroa portuguesa não pretendesse divulgar. Há quatro versões do texto “ História da Provincia de Sãcta Cruz...”.

A primeira redação dedicada à rainha d. Catarina (avó de d. Sebastião) levava

o título *Tratado da Província de Santa Cruz* e pretende ser um sumário sobre a nova terra (TEÓN; HERMÓGENES; AFTONIO, 1991). O *Tratado da Terra do Brasil* é dedicado ao cardeal infante d. Henrique. Este trabalho passa por um melhor acabamento e renomeia-se *História da Província de Sãcta Cruz* que vulgarmente chamamos de Brasil, agora, com um terceto em sua Dedicatória apresentada por Luís de Camões que há pouco tempo antes havia publicado *Os Lusíadas*. Gândavo, ao lado de Garcia Horta foi um dos únicos do período a incluir o poema de Camões nas páginas preliminares de um livro e também a reconhecer o seu valor ao incluí-lo na lista dos grandes autores de sua época, como por exemplo conta-nos em *Diálogo em defesa da Língua Portuguesa*. *História da Província de Sãcta Cruz* é ofertada a d. Lionis Pereira, filho natural do conde Feira, principal herói da defesa de Málaca contra o duro cerco imposto pelo sultão do Achém. Conhecem-se duas redações diferentes do referido texto. A primeira está registrada em um manuscrito da Biblioteca do Mosteiro do Escorial e traz duas ilustrações em cores: o monstro marinho e um mapa do Brasil. O manuscrito chegou à Espanha junto com um lote de impressos e manuscritos provenientes de Portugal, em 1573, trazidos pelo florentino Giovanni Bautista Gesio, misto de emissário e espião de Felipe II em Lisboa, com a missão de adquirir, secretamente, as obras mais significativas para as negociações dos disputados limites entre as terras espanholas e portuguesas no Novo Mundo. A versão contida no manuscrito escorialense passou ainda por algumas modificações, ganhou um capítulo sobre o modo de vidas dos colonos e finalmente foi levada à oficina de Antônio Gonçalves em 1576.

Segundo Hue, no século XVI havia também “tratados”, “sumários”, “roteiros” ou “descrições” geralmente dedicados a regiões ou países pouco conhecidos. Alguns livros publicados com o título de “História” se referiam a batalhas, a cercos famosos ou a hagiografia. Também havia em relação aos textos as Autoridades, a autorictas, no caso de Gandavo, a *História Natural* de Plínio, além de Cícero, pois em *História da Província de Sãcta Cruz* o autor mostra-nos que a História é a “vida da memória”, e esta deve ser perpetuada de uma maneira decorosa para colocar-nos diante dos olhos a necessidade

de habitar este novo habitat edênico chamado Brasil.

Referências bibliográficas

GÂNDAVO, Pero de Magalhaes de. *A primeira história do Brasil*: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Modernização do texto original de 1576 e notas Sheila Moura Hue; Ronaldo Menegaz. Revisão das notas botânicas e zoológicas Ângelo Augusto do Santos. Prefácio: Cleonice Berardinelli. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

HANSEN, João Adolfo. Fênix renascida & Postilhão de Apolo – Uma introdução. In: PÉCORA, Alcir (Org.). *Poesia Seiscentista: Fênix Renascida & Postilhão de Apolo*. São Paulo: Hedra, 2002. P. 21-71. p.26

HUE, S. M. Introdução. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhaes de. *A primeira história do Brasil*: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Modernização do texto original de 1576 e notas Sheila Moura Hue; Ronaldo Menegaz. Revisão das notas botânicas e zoológicas Ângelo Augusto do Santos. Prefácio: Cleonice Berardinelli. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 13-25.

TEÓN; HERMÓGENES; AFTONIO. *Ejercicios de retórica*. Introducción, Traducción y Notas de Maria Dolores Reche Martínez. Madrid: Editorial Gredos, 1991. (Biblioteca Clásica Gredos, 158.)

WISEMAN, T. P. Practice and Theory in Roman Historiography. *History*, v. 66, n. 218, p. 375-393, jan. 1981.